

Reexaminando o Nexo entre Corrupção e Gênero: A Representação Feminina no Legislativo Importa?

Carla de Barros Reis (Cedeplar/UFMG e Ensp/Fiocruz)
Fernanda Cimini Salles (Cedeplar/UFMG)
Rafael S. M. Ribeiro (Cedeplar/UFMG)

Resumo

O trabalho objetiva verificar empiricamente as hipóteses de que o aumento de legislaturas femininas na política tem o potencial de reduzir os níveis de corrupção no interior do Legislativo e sobre o nível de corrupção política geral. Utilizando dados da plataforma *Varieties of Democracy*, estimam-se modelos de efeitos fixos para um conjunto de 154 países, entre 1995 e 2018. Os resultados mostram que os níveis de corrupção parecem responder muito mais às variações no grau de maturidade das instituições que às questões de gênero. Contudo, este efeito não é desprezível quando se considera a corrupção no interior da casa legislativa.

Palavras-chave: corrupção; gênero; política; legislativo; mulheres

Abstract

The study aims to empirically verify the hypotheses that the increase in the share of female legislatures in politics has the potential to reduce levels of corruption within the Parliament and on the level of general political corruption. Using data from the Varieties of Democracy platform, fixed effects models are estimated for a set of 154 countries, between 1995 and 2018. The results show that levels of corruption seem to respond much more to variations in the degree of maturity of institutions than to the gender issue. However, this effect is not negligible when considering corruption within the legislative house.

Keywords: corruption; gender; politics; parliament; women

Área Temática: Relações Econômicas Internacionais

Reexaminando o Nexo entre Corrupção e Gênero: A Representação Feminina no Legislativo Importa?

1. Introdução

Existem evidências de que há diferenças sistemáticas nas características comportamentais e nas preferências sociais entre gêneros, sugerindo que mulheres possuem padrões mais elevados de comportamento ético e estão mais preocupadas com o bem comum. Isto tem sido demonstrado tanto por meio de estudos experimentais, quanto através de abordagens survey-based, considerando diferentes contextos institucionais. Por exemplo, sociedades matrilineares parecem fornecer mais bens públicos do que aquelas patriarcais (Andersen et al., 2008). Além disso, mulheres pontuam mais alto em testes de integridade (Ones e Viswesvaran, 1998), são mais propensas a apresentarem comportamento colaborativo (Eagly e Crowley, 1986) e parecem estar mais preocupadas com questões redistributivas do que com a maximização da eficiência (Andreoni e Vesterlund, 2001). Isto parece ser particularmente importante para se pensar a participação das mulheres no governo, já que uma das dificuldades inerentes ao setor público se baseia no desenho de instituições e mecanismos que desencorajam seus agentes a agirem de modo oportunista, a despeito do interesse público. Brollo e Troiano (2016) faz estimativas usando dados sobre eleições dos municípios brasileiros e encontra um impacto negativo da representação feminina na corrupção, medido objetivamente por auditorias aleatórias de administrações locais.

Dentre os canais de transmissão pelos quais a maior presença de mulheres no legislativo diminui a corrupção, destacam-se a menor probabilidade deste grupo de fazer parte de redes informais de relacionamento no ambiente de trabalho e, portanto, de redes de compartilhamento de suborno; menores chances de apresentarem fichas sujas por atividades criminais pregressas e de acumularem bens e patrimônio enquanto permanecem no cargo político; e por menores chances de envolvimento com patronagem e trocas de favores com atores privados, já que, usualmente, recebem menos doações de campanhas (Brollo e Troiano, 2016; Baskaran et al., 2018).

Consistente com essas evidências em nível mais micro, alguns estudos revelam que, em níveis nacionais, taxas mais altas de participação feminina no governo estão associadas a níveis mais baixos de diferentes tipos de corrupção. Dollar et al. (2001), analisando dados agrupados de mais de cem países para os anos de 1985, 1990 e 1995, encontra uma relação negativa entre as variáveis. Esses resultados são confirmados com dados mais recentes. Utilizando uma análise para 140 países entre 1998 e 2011, Watson e Moreland (2014) conclui que a representação descritiva e substantiva das mulheres está correlacionada com percepções mais baixas de corrupção, apesar das cotas de gênero estarem correlacionadas com maiores percepções de corrupção entre as elites políticas. Assim, iniciativas políticas que buscam aumentar o número de mulheres na vida pública podem trazer benefícios significativos não somente para este grupo demográfico, mas para a sociedade em geral (Swamy et al., 2001).

Contudo, recentemente, um corpo crescente de pesquisas têm questionado o efeito causal da representação feminina sobre a qualidade das instituições (Stadelmann et al., 2014). A direção da causalidade é questionada, argumentado-se que as próprias redes de clientelismo tornam mais difícil a entrada das mulheres na política e seu envolvimento em práticas de corrupção. Isso explica porque em vários países do continente africano, as mulheres representam um grupo minúsculo nas estruturas partidárias. Quando os partidos são organizados com base em conexões corruptas, sem regras transparentes de seleção de candidatos, as mulheres tem acesso negado aos partidos políticos e aos cargos comissionados no setor público (Stockemer, 2011; Sundström e Wängnerud, 2014). Outro ponto de argumentação explica a relação entre corrupção e o aumento de mulheres nos assentos políticos como resultado de um problema de autoseleção amostral. Mulheres que decidem se candidatar a cargos eletivos podem ser especiais em termos de ambição

e qualificação se comparadas à mediana da distribuição de mulheres da população. Neste sentido, as mulheres em cargos políticos elevam o nível da qualidade e da performance de atuação dentro o pool geral de políticos. As quotas de gênero são associadas ao aumento da escolaridade média dos políticos eleitos, tanto pela maior participação de candidatas mais educadas quanto pela queda do número de homens eleitos com menor escolaridade. O efeito parece ser persistente no longo-prazo, mesmo controlando-se pela ideologia partidária (Baltrunaite et al., 2014; Besley et al., 2017).

A pesquisa também se concentra nos efeitos de potenciais fatores mediadores. Branisa e Ziegler (2011) encontra que, em contextos em que os valores sociais desfavorecem as mulheres, nem reformas políticas em direção à democracia nem o aumento da representação de mulheres em cargos políticos e econômicos podem ser suficientes para reduzir a corrupção. Sung (2003), por outro lado, sugere que a correlação entre gênero e corrupção encolhe e perde significância estatísticas uma vez que as medidas da democracia liberal são contabilizadas. Um judiciário independente, uma imprensa livre e eleições competitivas – que representam elementos fundamentais de uma democracia liberal – garantiriam a transparência e a responsabilização. Assim, o autor propõe que a redução da corrupção depende de um sistema político mais justo, em contraposição à hipótese baseada no sexo mais justo. Debski et al. (2018) se apoia na heterogeneidade cultural como explicação alternativa para a associação entre corrupção e gênero nas comparações entre países. Utilizando a conceitualização de cultura de Hofstede (2011), os autores encontram uma relação positiva entre corrupção e sociedades com valores mais hierárquicos e mais orientadas ao individualismo e à competição. Traços de valores mais ligados à masculinidade e à distribuição desigual do poder entre as classes econômicas se mostram elementos cruciais no entendimento desta relação.

Utilizando dados da plataforma Varieties of Democracy Institute (V-Dem), este estudo pretende contribuir com esta literatura, a partir de estimações que consideram os efeitos fixos de países para uma amostra de 154 nações em torno do globo. Aproveitando-se de que a base do V-Dem conta com medidas de corrupção que consideram atividades ilícitas de diferentes níveis e em diferentes poderes governamentais, o artigo avança na literatura ao propor que o aumento de legislaturas femininas na política tem o potencial de mudar os níveis de corrupção no mínimo de duas maneiras. Primeiro, um efeito de primeira ordem sobre os níveis de corrupção no interior do Legislativo, pelo impacto direto na alteração da composição de gênero da Câmara. Além disso, espera-se um efeito de segunda ordem, agora sobre o nível de corrupção política geral, já que a partir de aprovações de leis e da participação em processos burocráticos, a presença das mulheres na Câmara pode aumentar a transparência e a aprovação de leis e procedimentos que impeçam atos ilícitos em outras esferas de poder, além de trazerem a pauta da corrupção para a agenda pública. O trabalho também pretende atualizar os resultados a respeito do nexos gênero-corrupção, fornecendo uma análise que se estende por um período de 24 anos, entre 1995 e 2018. Em linha com os achados de Sung (2003), o estudo encontra que os níveis de corrupção parecem responder muito mais às variações no grau de maturidade das instituições que ao aumento da representação feminina na política. Contudo, seu efeito não é desprezível quando se considera a corrupção no interior da casa legislativa.

O restante do artigo está organizado da seguinte maneira. A seção 2 descreve os dados e os modelos utilizados, enquanto os principais resultados são apresentados na seção 3. Por fim, os achados são discutidos à luz da literatura empírica sobre corrupção e gênero na seção 4.

2. Métodos

A relação entre gênero e corrupção é verificada para um grupo de 154 países das seis regiões do globo, entre 1995 e 2018. As medidas de corrupção referem-se ao Índice

de Corrupção no Legislativo (ICL) e ao Índice de Corrupção Política (ICP) medidos pela Varieties of Democracy (V-Dem). O ILC é medido através das atividades de corrupção no legislativo e varia entre -4 (mais corrupto) e 4 (menos corrupto). Dentre as ilegalidades incluídas no índice encontram-se o recebimento ou pagamento de suborno, favorecimento a empresas privadas, favores em troca de emprego após a legislatura e roubo de recursos do estado ou de doações de campanha para enriquecimento pessoal. Já o ICP, varia entre zero (baixa corrupção) e um (alta corrupção). O índice inclui medidas de seis tipos distintos de corrupção, desde suborno à corrupção nos mais altos escalões dos poderes, abrangendo o executivo, o legislativo e o judiciário.

A variável explicativa de interesse refere-se à participação feminina no legislativo, também fornecida pela base V-Dem, baseada na porcentagem de assentos mantidos por mulheres na Câmara dos Deputados dos parlamentos nacionais. Verifica-se o efeito de primeira ordem sobre os níveis de corrupção legislativa e o efeito de segunda ordem sobre a corrupção política geral.

Na medida em que tanto o nível de corrupção quanto as oportunidades políticas disponíveis para mulheres são afetadas pelo desenvolvimento socioeconômico mais gerais, ao longo da análise utiliza-se uma lista abrangente de controles, identificados pela literatura como potenciais fatores de confundimento. Países desenvolvidos, com democracias estabelecidas e alto grau de abertura comercial são comumente percebidos como menos corruptos (Treisman, 2007). Por isso, incluem-se o log do PIB per capita e o quadrado do log do PIB per capita a fim de se considerar possíveis não-linearidades dos efeitos do desenvolvimento econômico. O resultado líquido na balança de bens e serviços como proporção do PIB representa o grau de abertura comercial, enquanto os anos médios de educação sinaliza o grau de desenvolvimento do capital humano do país. Dentre as variáveis que captam a maturidade das instituições políticas, incluem-se o Índice de Democracia Eleitoral (IDE) e o Índice de Institucionalização Partidária (IIP), ambos calculados pelo V-Dem. Variando de zero (baixo nível de democracia) a um (alto), o IDE considera em seu cálculo a liberdade de associação de organizações políticas e da sociedade civil, eleições limpas e não marcadas por fraudes e irregularidades, sufrágio extenso, posse de candidatos oficialmente eleitos, liberdade de expressão e mídia independente. No esquema conceitual do V-Dem, a democracia eleitoral é entendida como um elemento essencial de qualquer outra concepção de democracia representativa e, por isso, foi escolhida para integrar as variáveis de controle. Já o IIP, refere-se a um conjunto de atributos do sistema partidário como o nível e profundidade dos partidos políticos, seus vínculos com a sociedade civil, apoiadores do partido dentro do eleitorado e coerência das plataformas político-ideológicas dos partidos. Um score alto (um), em contraposição a um score baixo (zero), indica um sistema partidário mais institucionalizado.

A dimensão cultural também parece ser um elemento importante nesta relação, uma vez que a omissão de características culturais pode produzir uma correlação espúria entre o aumento das taxas de participação feminina na política e a redução dos níveis de corrupção. Apoiando-se na ideia de heterogeneidade cultural e na conceitualização de cultura de Hofstede, Debski et al. (2018) encontram duas dimensões culturais que são altamente associadas com ambas as variáveis de interesse. A primeira refere-se ao nível em que os membros menos poderosos da sociedade esperam e aceitam que o poder seja desigualmente distribuído. Uma clara separação entre estratos socioeconômicos em contextos com alta desigualdade de distribuição de poder aumentaria as chances de ocorrência do comportamento corrupto. A outra medida refere-se ao grau de masculinidade ou feminilidade da sociedade. A preferência social por valores masculinos gera um ambiente social mais competitivo em contraposição aos valores femininos, que são mais orientados à cooperação e ao consenso. Há evidências de que, em sociedades altamente masculinas, a desigualdade de gênero é maior e a busca excessiva pelo sucesso

e a realização profissional parece acompanhar a conduta corrupta (Sanyal, 2005). Nesse sentido, o nível de discriminação contra a mulher é maior e as atitudes em favor à igualdade de gênero são mais restritas (Branisa e Ziegler, 2011).

A fim de endereçar a heterogeneidade cultural entre os países, incluem-se na análise duas variáveis de controle calculadas pelo V-Dem, que tentam captar os valores relativos à desigualdade da distribuição de poder e o grau de feminilidade/masculinidade da sociedade. A primeira variável trata de medir se o poder político é distribuído de acordo com a posição socioeconômica. Neste sentido, a medida dá pistas sobre os efeitos políticos da desigualdade de renda e riqueza, variando entre zero (cidadãos mais pobres não possuem qualquer influência) e quatro (poder político igualmente distribuído entre os grupos econômicos). A segunda variável refere-se ao Índice de Liberdades Cíveis da Mulher, que reflete o poder de agência feminina no processo de tomada de decisões em áreas-chaves de suas vidas. Variando de zero (baixa liberdade) a um (alta liberdade), o índice abrange itens como a liberdade de locomoção e mudança, liberdade do trabalho forçado ou coerção por parte do empregador, direito à propriedade privada e acesso à justiça.

Além disso, inclui-se no estudo variáveis relativas às instituições sociais que representam a participação da mulher na vida econômica e política do país. A primeira refere-se à participação feminina na força de trabalho, calculada pelo World Development Indicators do Banco Mundial, que reflete a proporção de mulheres na população em idade ativa (15 a 64 anos) e sinaliza o grau de participação feminina na economia. A variável *quota* representa a existência de políticas afirmativas de gênero nos partidos e/ou assentos reservados para mulheres no legislativo. Também pode representar um fator de confundimento na relação entre gênero e corrupção, reduzindo as chances de viés de variável omitida no modelo. Finalmente, incluem-se dummies regionais a partir do indicador do V-Dem para as seis regiões do globo.

A especificação do modelo segue-se como:

$$Corruption_{i,t} = \alpha + \beta_1 Women_{i,t} + \beta_2 X_{i,t} + \gamma_t + \delta_i + \varepsilon_{i,t}$$

onde i e t são índices de país e ano, respectivamente. A variável $Corruption_{i,t}$ toma valores para duas distribuições: o Índice de Corrupção Política e o Índice de Corrupção Legislativa. Enquanto $Women_{i,t}$ captura a participação feminina nos assentos do legislativo, o vetor $X_{i,t}$ incorpora as variáveis de controle. Aqui, os três grupos de variáveis de controle (socioeconômicas, institucionais e culturais) são introduzidas de modo subsequente afim de se avaliar as possíveis mudanças nos efeitos e significâncias estimadas.

Além da análise agrupada através de um modelo OLS pooled, regride-se também um modelo de dados em painel a fim de lidar com o problema da heterogeneidade não-observada, controlando por efeitos-fixos de tempo, com γ_t , e efeitos-fixos de países, com δ_i . O termo $\varepsilon_{i,t}$ refere-se ao erro convencional. Devido ao código inverso da medida de corrupção no legislativo (ICL), um coeficiente β_1 positivo implica que um aumento da participação feminina na Câmara está associado a um menor nível de corrupção. O inverso ocorre com o ICP. Em todas as estimações, utilizam-se erros robustos afim de se corrigir pela heterocedasticidade.

No apêndice, apresentam-se testes de robustez, introduzindo uma defasagem da variável % de mulheres no legislativo, ao invés de considerar seu valor contemporâneo. Se a representação feminina na política afeta a corrupção, isto pode ocorrer com algum lapso temporal. Considerando que os canais de transmissão podem tomar algum tempo para se efetivarem, utiliza-se uma defasagem temporal de um ano e reestimam-se os

efeitos para ambos os índices de corrupção. Além disso, restringe-se a amostra ao período entre 2001 a 2018, a fim de verificar se os principais resultados se mantêm.

Todas as análises foram realizadas através do Stata 15.0.

3. Resultados

As estatísticas sumárias de algumas das variáveis estão listadas na **Tabela 1**, tanto para a amostra completa, quanto para os quartis mais baixo e mais alto de PIB per capita. Países que se encontram no primeiro quartil de renda per capita parecem apresentar maiores níveis de corrupção geral e legislativa, menor participação política das mulheres no legislativo e menores níveis de democracia e anos médios de escolaridade. A diferença de renda per capita entre os grupos de países mais e menos desenvolvidos supera 24 vezes, mas apresentam similaridades na participação feminina na força de trabalho.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas, média (1995-2018)

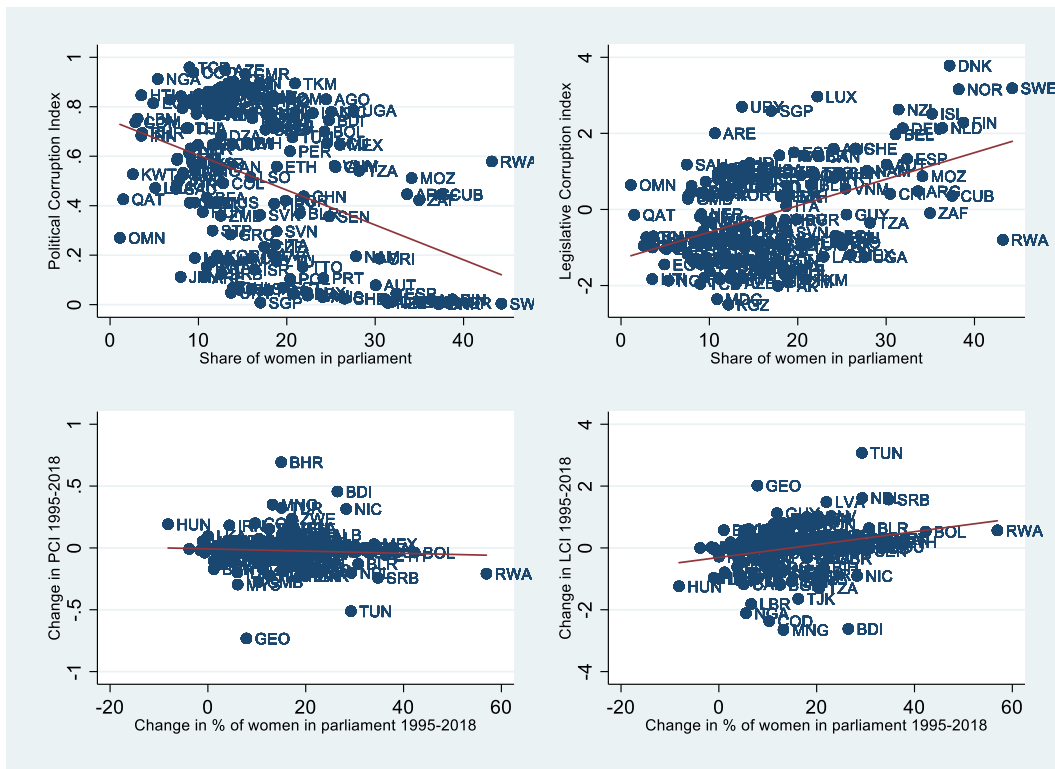
	All countries	Poorest quartile	Richest quartile
Political Corruption	0.51	0.72	0.17
Legislative Corruption	-0.12	-0.62	1.24
% Women in parliament	16.8	14.2	21.9
GDPpc (PPP)	14,966.5	1,579.6	38,754.4
Avg Years School	7.7	4.0	11.3
Democracy	0.54	0.39	0.71
% Female Labor Force	56.9	65.4	61.6

Source: prepared by the authors.

A **Figura 1** ilustra bem a motivação da análise. Observa-se uma relação negativa entre os índices de corrupção e a participação de mulheres no legislativo, destacando que o ICL apresenta medida inversa ao ICP. Contudo, essa associação se torna mais fraca quando se considera as mudanças destas variáveis ao longo do período analisado, desaparecendo por completo, no caso do ICP.

Os insights obtidos na figura 1 são corroborados com as análises econométricas apresentadas nas Tabelas 2 e 3. As regressões por mínimos quadrados ordinários para as cross-sections empilhadas - colunas (1), (2) e (3) - estão em linha com os achados de Dollar et al. (2001), que encontra uma relação negativa entre as variáveis. Os coeficientes são estatisticamente significantes e se alteram pouco com a introdução sequencial dos grupos de controle.

Figura 1 – Participação feminina no parlamento e corrupção: Associação para dados médios (1995-2018) e para mudanças entre 1995 e 2018



Source: prepared by the authors.

O aumento da participação das mulheres no parlamento tem um efeito positivo e significativo sobre a redução da corrupção. O efeito parece ser maior para a corrupção legislativa. O aumento de 1% da participação feminina no legislativo tende a aumentar em 2,5% o ICL (redução da corrupção) e diminuir em 0,2% o ICP (redução da corrupção). A **Tabela 2** mostra o efeito positivo dos anos médios de escolaridade e das variáveis de maturidade institucional sobre a redução da corrupção. A igualdade na distribuição de poder e a participação feminina no mercado de trabalho também estão associadas a queda das atividades de corrupção no legislativo. A **Tabela 3** mostra resultados similares para cada um dos controles. Interessante notar que, em linha com os achados de Dollar et al. (2001) e Debski et al. (2018), os coeficientes do PIB per capita e da abertura comercial apresentam sinais opostos aos esperados e significativos, mostrando uma relação positiva com os níveis de corrupção. O índice de liberdades civis das mulheres, apesar de mostrar associação positiva com a queda dos índices de corrupção, não se mostrou significativa. Por outro lado, a existência de quotas de gênero nos partidos ou para os assentos da Câmara parecem aumentar ainda mais os níveis de corrupção.

Quando se consideram os efeitos-fixos de países nas análises – colunas (4), (5) e (6) - muitas variáveis deixam de apresentar significância estatística. No que tange ao Índice de Corrupção Política (Tabela 3), o coeficiente da participação das mulheres no parlamento torna-se insignificante e diminui para um efeito estimado de zero. Todas as variáveis sociodemográficas também perdem significância, apesar da inversão do sinal da variável de PIB per capita, que passa a apresentar um efeito redutor da corrupção. Quando se analisa os efeitos sobre o Índice de Corrupção Legislativa (Tabela 2), o efeito da variável *Women* perde magnitude e força, mas se mantém significativo ao nível de 10%. O aumento de 1% na participação feminina no legislativo tende a aumentar em 0,6% o ICL (reduz a corrupção). Aqui, as variáveis sociodemográficas também perdem significância na explicação dos níveis de corrupção. Outro resultado interessante e em linha com Sung (2003), é o destaque apresentado pelas variáveis de maturidade institucional. De fato, uma democracia mais consolidada e um sistema partidário mais

institucionalizado estão associados a menores níveis de corrupção. No que se refere às variáveis culturais, quando o poder é mais igualmente distribuído entre as classes sociais, facilita-se a queda da corrupção. As variáveis que refletem o grau de participação feminina na sociedade, como as medidas de liberdades civis das mulheres, sua participação na força de trabalho ou a existência de cotas de gênero na política não apresentam qualquer significância.

Os testes de robustez a partir da amostra restrita e da estimação com defasagem confirmam os achados, tanto em termos de magnitude quanto de significância estatística.

Tabela 2 – Índice de Corrupção Legislativa (ICL) e representação feminina, 1995 a 2018: Pooled OLS e Fixed-effects

	OLS (1)	OLS (2)	OLS (3)	FE (4)	FE (5)	FE (6)
Women	0.033*** (0.002)	0.028*** (0.002)	0.025*** (0.002)	0.008** (0.004)	0.008** (0.004)	0.006* (0.003)
Ln GDPpc (PPP)	-3.452*** (0.280)	-3.299*** (0.294)	-1.923*** (0.304)	-0.763 (0.661)	-0.948 (0.659)	-0.605 (0.763)
Ln GDPpc ²	0.237*** (0.016)	0.214*** (0.018)	0.132*** (0.018)	0.044 (0.035)	0.059* (0.035)	0.043 (0.039)
Open trade	-0.014*** (0.003)	-0.000 (0.003)	-0.003 (0.002)	-0.001 (0.003)	0.002 (0.003)	-0.001 (0.002)
Avg years school	0.037*** (0.014)	0.027** (0.013)	0.024* (0.013)	0.202* (0.115)	0.021 (0.092)	0.018 (0.089)
Democracy		1.102*** (0.133)	0.667*** (0.152)		1.527*** (0.534)	1.309*** (0.465)
Party institutional		1.125*** (0.143)	0.860*** (0.134)		1.400** (0.682)	1.301** (0.566)
Power equality			0.352*** (0.021)			0.308*** (0.105)
Fem civil liberties			-0.048 (0.173)			0.341 (0.478)
Female labor			0.008*** (0.001)			0.005 (0.006)
Gender quota			-0.349*** (0.037)			-0.044 (0.069)
Time FE	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes
Country FE	No	No	No	Yes	Yes	Yes
# of observations	2,630	2,630	2,606	2,630	2,630	2,606
R ²	0.598	0.644	0.693	0.363	0.524	0.588

Source: prepared by the authors.

Tabela 3 – Índice de Corrupção Política (ICP) e representação feminina, 1995 a 2018: Pooled OLS e Fixed-effects

	OLS	OLS	OLS	FE	FE	FE
--	-----	-----	-----	----	----	----

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Women	-0.004*** (0.000)	-0.003*** (0.001)	-0.002*** (0.001)	-0.000 (0.001)	-0.000 (0.001)	0.000 (0.001)
Ln GDPpc (PPP)	0.564*** (0.058)	0.484*** (0.054)	0.278*** (0.054)	-0.071 (0.133)	-0.019 (0.129)	-0.026 (0.158)
Ln GDPpc ²	-0.043*** (0.003)	-0.034*** (0.003)	-0.022*** (0.003)	0.002 (0.007)	-0.001 (0.007)	-0.001 (0.008)
Open trade	0.007*** (0.001)	0.002*** (0.001)	0.003*** (0.001)	0.001 (0.001)	0.000 (0.001)	0.000 (0.001)
Avg years school	-0.015*** (0.003)	-0.011*** (0.003)	-0.012*** (0.003)	-0.033* (0.018)	0.008 (0.014)	0.007 (0.014)
Democracy		-0.464*** (0.023)	-0.385*** (0.029)		-0.377*** (0.077)	-0.340*** (0.067)
Party institutional		-0.267*** (0.023)	-0.226*** (0.022)		-0.211** (0.094)	-0.205** (0.084)
Power equality			-0.064*** (0.005)			-0.043** (0.019)
Fem civil liberties			0.029 (0.031)			-0.061 (0.083)
Female labor			-0.001*** (0.001)			0.000 (0.001)
Gender quota			0.049*** (0.007)			0.013 (0.008)
Time FE	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes	Yes
Country FE	No	No	No	Yes	Yes	Yes
# of observations	2,630	2,630	2,606	2,630	2,630	2,606
R ²	0.666	0.767	0.794	0.468	0.672	0.723

Source: prepared by the authors.

Portanto, uma vez controlada a heterogeneidade específica dos países, a correlação entre a participação feminina no parlamento e a queda da corrupção apresenta uma magnitude pequena, mas positiva e significativa, quando localizada no interior do Legislativo. Quando se considera os demais poderes e o nível de corrupção política mais abrangente, essa associação desaparece por completo, em consonância com os achados de Debski et al. (2018). Neste sentido, a despeito do aumento considerável da participação das mulheres nas cadeiras do Legislativo nas últimas décadas (**Figura A1**), verifica-se um tímido efeito de primeira ordem, e a inexistência do efeito de segunda ordem.

4. Conclusão

A maior representação das mulheres na política diminui sistematicamente os níveis de corrupção? Este trabalho buscou responder a essa questão, explorando dados para diversos países do globo e uma série de variáveis mensuradas pela plataforma Varieties of Democracy. A análise dos dados agrupados entre 1995 e 2018 confirma os resultados dos trabalhos seminais de que a maior participação feminina na política está correlacionada com mais baixos índices de corrupção. Uma vez que os fatores específicos de países são incorporados nos modelos, a relação estatística perde força, mas mantém-se positiva e significativa no caso das atividades de corrupção no legislativo. De fato, o resultado inédito deste trabalho mostra que o efeito de primeira ordem da participação das mulheres parece não ser desprezível quando se considera a corrupção no interior do

lôcus no qual a mudança composicional ocorre. Como pode-se depreender da Figura A1 e A3 no Apêndice, apesar do aumento contínuo na participação feminina no legislativo, a medida de corrupção no interior da casa legislativa vem apresentando queda ao longo do período analisado, sinalizando aumento da corrupção. Poderia-se, portanto, esperar uma relação empírica negativa entre as variáveis. Neste sentido, o resultado apresentado neste trabalho reforça o efeito que a participação das mulheres possui no seu local de atuação.

Outra contribuição importante refere-se à relação entre corrupção e a distribuição de poder. Quanto mais igualitária é a distribuição do poder entre os grupos econômicos, ou seja, quanto mais os indivíduos pertencentes a classes menos abastadas tem acesso ao poder político vis-à-vis aqueles pertencentes à elite, menores são os índices de corrupção. Através de mecanismos materiais e normativos, as elites se utilizam do poder político para manter ou elevar sua riqueza e defender seus próprios interesses econômicos. Através de estratégias de *rent-seeking*, as elites podem influenciar os processos democráticos, incluindo a aprovação e o monitoramento de políticas públicas. Infelizmente, os discursos sobre corrupção e sua erradicação raramente mencionam a desigualdade como uma questão central em sua determinação. Os resultados deste estudo trazem luz à essa relação, em linha com trabalhos seminais, como o de You e Khagran (2004).

Contudo, controlando-se por efeitos-fixos de países, a associação analisada desaparece por completo no caso do índice de corrupção política. Os efeitos encontrados pela presença feminina no legislativo parecem não transbordar para outros poderes e setores da esfera pública, não afetando o nível de corrupção mais geral. Esses resultados sugerem duas implicações importantes para o estudo do nexo entre gênero e corrupção. Primeiro, que diferenças não observáveis entre países não devem ser negligenciadas neste tipo de análise, já que os papéis de gênero em cada sociedade são moldados de maneira particular. Segundo, que as intervenções políticas destinadas a aumentar a representatividade feminina no legislativo, apesar de não serem desprezíveis, provavelmente não serão efetivas, em si mesmas, no combate direto à corrupção. Esses índices parecem responder muito mais às variações no grau de maturidade das instituições do que às variações na composição de gênero dos assentos políticos. Ao promover mais igualdade de gênero e melhores processos de governança, a democracia pode ser a peça-chave na explicação de grande parte desta associação. Governos democráticos são construídos através de eleições livres, um judiciário independente e liberdade de imprensa – elementos fundamentais para se garantir a transparência e a accountability. Neste sentido, para o nível de corrupção geral, os achados estão em linha com os resultados de Sung (2003), que destaca o papel da democracia liberal na determinação dos níveis de corrupção, dando enfoque ao “sistema justo” ao invés do “sexo justo”.

É importante destacar que esses achados não anulam outros benefícios potenciais da maior representatividade feminina na política, uma vez que parece importante seus efeitos sobre a melhoria da qualidade democrática e da representação dos interesses deste grupo demográfico na esfera pública. O aumento na representação descritiva das mulheres no parlamento parece levar a melhorias substanciais no longo percurso em direção a uma sociedade com maior igualdade de gênero (Hessami e Fonseca, 2020). Neste sentido, há uma ligação entre a representação descritiva e substantiva, na medida em que, no estágio atual, as mulheres ainda estão mais bem informadas e conscientes sobre suas próprias questões e interesses (Stockemer, 2011). Mulheres na política também servem como modelos, inspirando outras mulheres à entrarem neste campo de atuação. Além de afetarem o campo psicológico das mulheres, estudos relatam um impacto positivo no engajamento e na participação política em todas as idades, principalmente entre garotas mais jovens (Wolbrecht e Campbell, 2007). Ademais, a “feminização” dos parlamentos pode auxiliar os políticos homens eleitos a se tornarem atores melhores na

luta em prol à igualdade de gênero e a se sensibilizarem sobre suas próprias questões relacionadas as experiências sociais - como por exemplo, temas ligados à masculinidade tóxica e à saúde mental – que dificilmente seriam encorajadas no contexto de uma cultura legislativa masculinizada (Clayton e Zetteberg, 2018).

À medida que a representação feminina na política continua a se expandir, as mulheres terão mais oportunidades para avançar em suas prioridades. Talvez as mulheres ainda não tiveram tempo suficiente para ganhar corpo político de maneira coletiva e influenciar mais diretamente nas decisões de políticas públicas e nos modos de se fazer política. Estudos futuros devem investigar como mulheres em cargos de poder lidam com as principais questões globais da atualidade, como a imigração internacional, as mudanças climáticas e a saúde global.

5. Referências

ANDERSEN, S., E. BULTE, U. GNEEZY, J. A. LIST. Do women supply more public goods than men? Preliminary experimental evidence from matrilineal and patriarchal societies. *American Economic Review, Papers and Proceedings*, 98(2), 376–81, 2008.

ANDREONI, J., L. VESTERLUND. Which is the fair sex? Gender differences in altruism. *The Quarterly Journal of Economics*, 116(1), 293–312, 2001.

BALTRUNAITE, A., BELLO, P., CASARICO, A. P. Profeta. Gender quotas and the quality of politicians. *Journal of Public Economics*, 118: 62-74, 2014.

BASKARAN, T., S. BHALOTRA, B. MIN, Y. UPPAL. Women Legislators and Economic Performance. IZA Discussion Paper No. 11596, 2018.

BESLEY, T., O. FOLKE, T. PERSSON, J. RICKNE. Gender quotas and the crisis of the mediocre man: Theory and evidence from Sweden. *American Economic Review*, 107(8), 2204–2242, 2017.

BRANISA, B., M. ZIEGLER. Reexamining the link between gender and corruption: The role of social institutions. In *Proceedings of the German Development Economics Conference*, Berlin, No. 15, 2011.

BROLLO, F., U. TROIANO. What happens when a woman wins a close election? Evidence from Brazil. *Journal of Development Economics*, 122, 28–45, 2016.

CLAYTON, A., P. ZETTERBERG. Quota shocks: Electoral gender quotas and government spending priorities worldwide. *The Journal of Politics*, 80(3), 2018.

DEBSKI, J., M. JETTER, S. MOESLE, D. STADELMANN. Gender and corruption: The neglected role of culture. *European Journal of Political Economy*, 55, 526–537, 2018.

DOLLAR, D., R. FISMAN, R. GATTI. Are women really the “fairer” sex? Corruption and women in government. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 46: 423-429, 2001.

EAGLY, A.H., CROWLEY, M. Gender and helping behavior: a meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin* 100, 283–308, 1986.

HESSAMI, Z., FONSECA, M. Female Political Representation and Substantive Effects on Policies: A Literature Review. IZA Discussion Papers, No. 13125, Institute of Labor Economics (IZA), Bonn, 2020.

HOFSTEDE, G. Dimensionalizing Cultures: The Hofstede Model in Context. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1), 2011.

ONES, D.S., VISWESVARAN, C. Gender, age, and race differences on overt integrity tests: results across four large-scale job applicant data sets. *Journal of Applied Psychology*, 83 (1), 35–42, 1998.

SANYAL, R. Determinants of bribery in international business: The cultural and economic factors. *Journal of Business Ethics* 59(1), 139-145, 2005.

STADELMANN, D., M. PORTMANN, R. EICHENBERGER. Politicians and Preferences of the Voter Majority: Does Gender Matter? *Economics & Politics*, 26(3): 355-379, 2014.

STOCKEMER, D. Women's Parliamentary Representation in Africa: The Impact of Democracy and Corruption on the Number of Female Deputies in National Parliaments. *Political Studies*, 59(3): 693-712, 2011.

Sundström, A., L. Wängnerud. Corruption as an obstacle to women's political representation: Evidence from local councils in 18 European countries. *Party Politics*, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068814549339>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

SUNG, H. Fairer Sex or Fairer System? Gender and Corruption Revisited. *Social Forces*, 82(2): 703-723, 2003.

SWAMY, A., S. KNACK, Y. LEE, O. Azfar. Gender and corruption. *Journal of Development Economics*, 64: 25-55, 2001.

TREISMAN, D. What have we learned about the causes of corruption from ten years of cross-national empirical research? *Annual Review of Political Science*, 10: 211-244, 2007.

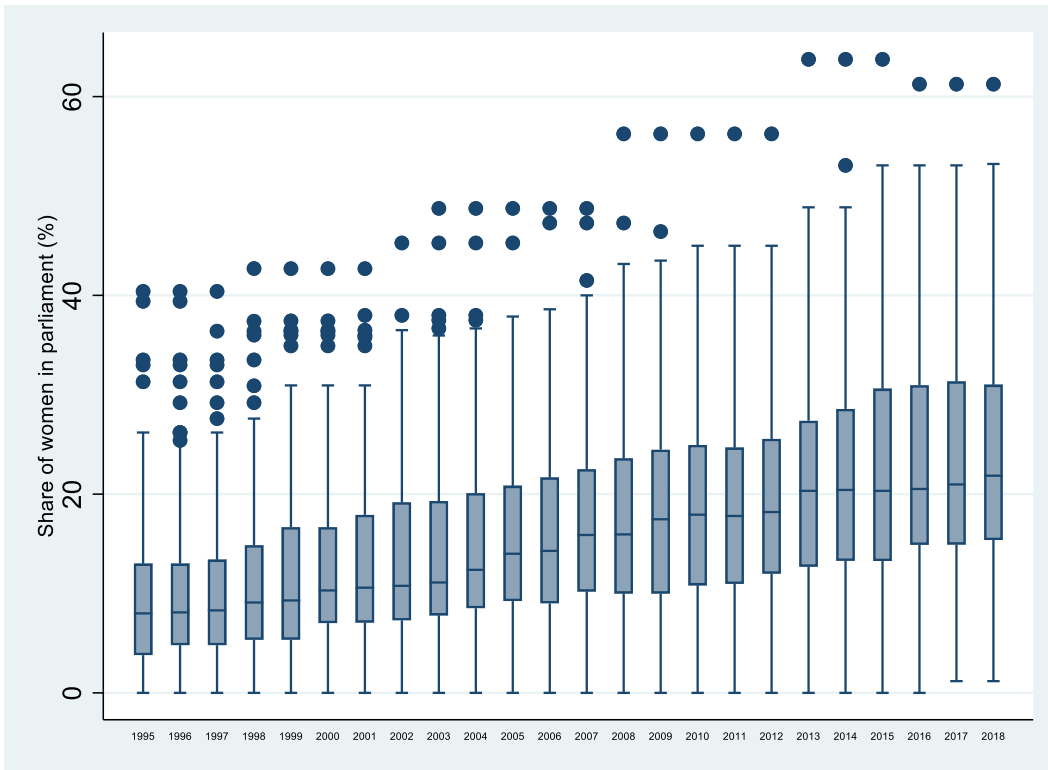
YOU, J., KHAGRAM, S. A Comparative Study of Inequality and Corruption. KSG Faculty Research Working Papers Series, John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2004.

WATSON, D., A. MORELAND. Perceptions of Corruption and the Dynamics of Women's Representation. *Politics & Gender*, 10: 392-412, 2014.

WOLBRECHT, C., D. E. CAMPBELL. Leading by example: Female members of parliament as political role models. *American Journal of Political Science*, 51(4), 921–939, 2007.

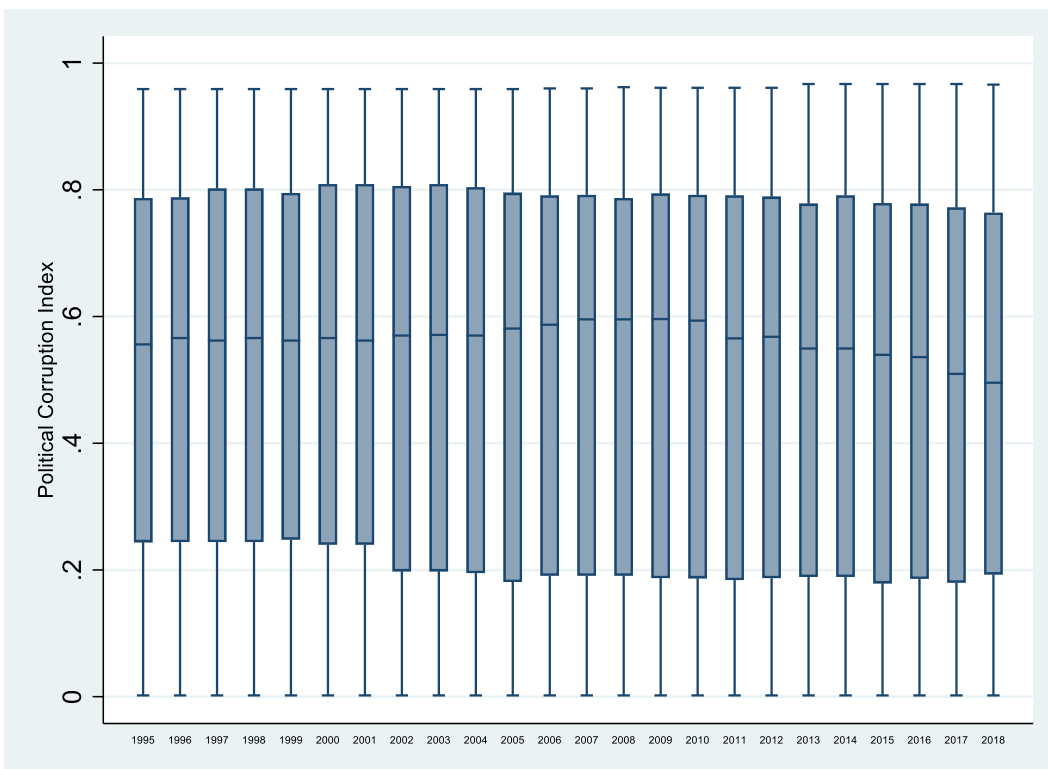
Apêndice

Figura A1 – Boxplot: Participação feminina no parlamento



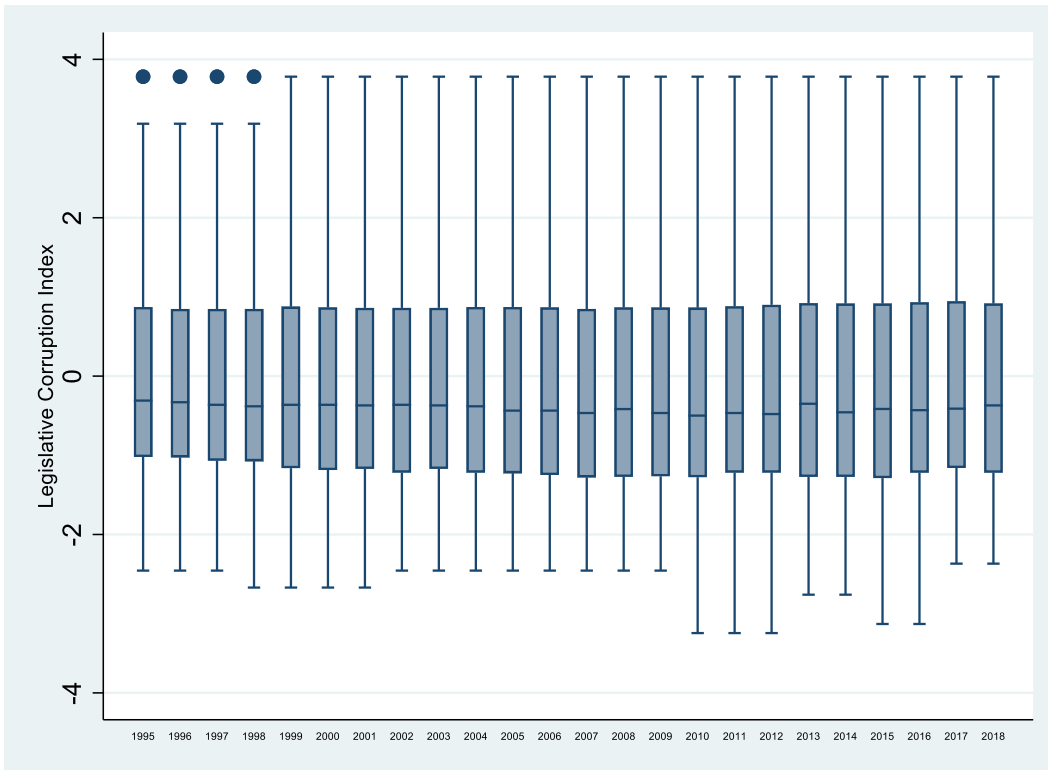
Source: prepared by the authors.

Figura A2 – Boxplot: Índice de corrupção política



Source: prepared by the authors.

Figura A3 – Boxplot: Índice de corrupção no legislativo



Source: prepared by the authors.

Tabela A1 – Efeitos da defasagem de 1 ano da representação feminina sobre ICL e ICP

	ICL		ICP	
	OLS	FE	OLS	FE
$Women_{t-1}$	-0.025*** (0.002)	0.006* (0.003)	-0.002*** (0.000)	-0.000 (0.001)
Ln GDPpc (PPP)	-1.888*** (0.315)	-0.449 (0.766)	0.276*** (0.055)	-0.059 (0.162)
Ln GDPpc ²	0.130*** (0.019)	0.034 (0.040)	-0.021*** (0.003)	0.001 (0.008)
Open trade	-0.001 (0.003)	-0.000 (0.002)	0.002*** (0.000)	0.000 (0.000)
Avg years school	0.022 (0.014)	-0.008 (0.014)	-0.011*** (0.003)	0.009 (0.015)
Democracy	0.643*** (0.157)	1.312*** (0.486)	-0.387*** (0.030)	-0.341*** (0.067)
Party institutional	0.870*** (0.138)	1.409** (0.598)	-0.226*** (0.023)	-0.209** (0.087)
Power equality	0.358*** (0.021)	0.316*** (0.108)	-0.064*** (0.004)	-0.045** (0.019)
Fem civil liberties	-0.016 (0.179)	0.529 (0.478)	0.026 (0.032)	-0.066 (0.088)
Female labor	0.009*** (0.001)	0.005 (0.006)	-0.001*** (0.000)	0.000 (0.001)
Gender quota	-0.334*** (0.038)	-0.035 (0.069)	0.047*** (0.007)	0.008 (0.014)
Time FE	Yes	Yes	Yes	Yes
Country FE	No	Yes	No	Yes
# of observations	2,489	2,489	2,501	2,501
R^2	0.694	0.581	0.794	0.716

Source: prepared by the authors.

Tabela A2 – Efeitos sobre ICL e ICP usando dados entre 2001 e 2018

	ICL		ICP	
	OLS	FE	OLS	FE
Women	-0.023*** (0.002)	0.005* (0.003)	-0.002*** (0.000)	0.000 (0.001)
Ln GDPpc (PPP)	-1.884*** (0.336)	-1.084 (0.821)	0.286*** (0.059)	0.006 (0.152)
Ln GDPpc ²	0.131*** (0.021)	0.068 (0.044)	-0.022*** (0.004)	-0.001 (0.008)
Open trade	-0.000 (0.003)	-0.000 (0.002)	0.002*** (0.001)	0.000 (0.000)
Avg years school	0.012 (0.015)	-0.076 (0.107)	-0.010*** (0.003)	0.009 (0.018)
Democracy	0.814*** (0.174)	1.672*** (0.465)	-0.397*** (0.035)	-0.363*** (0.072)
Party institutional	0.870*** (0.138)	1.325* (0.675)	-0.209*** (0.026)	-0.143 (0.100)
Power equality	0.858*** (0.160)	0.311*** (0.114)	-0.058*** (0.005)	-0.043** (0.019)
Fem civil liberties	-0.076 (0.199)	0.219 (0.478)	0.000 (0.037)	-0.181 (0.118)
Female labor	0.010*** (0.002)	0.004 (0.006)	-0.001*** (0.000)	0.001 (0.001)
Gender quota	-0.306*** (0.040)	0.009 (0.071)	0.036*** (0.007)	0.002 (0.014)
Time FE	Yes	Yes	Yes	Yes
Country FE	No	Yes	No	Yes
# of observations	2,018	2,018	2,018	2,018
R ²	0.692	0.546	0.790	0.636

Source: prepared by the authors.